

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.337.880 - RJ (2018/0192100-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : ERNESTO SECOMANDI JUNIOR
ADVOGADOS : LUÍS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA - ES006942
KÁTIA BOINA - ES005916
AGRAVADO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Agravo Interno, interposto por ERNESTO SECOMANDI JUNIOR, por meio do qual se impugna decisão de minha lavra (fls. 611/617e), que não conheceu do seu Agravo em Recurso Especial, em ação de Execução embargada pela agravada, na qual se discute a incidência do percentual de 28,86%, ante a incidência do art. 932 do CPC/2015, conforme a seguir:

"Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por ERNESTO SECOMANDI JUNIOR, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, ante a ofensa aos arts 489 e 535 do CPC/73; 502, 503, 504, 505, 507, 508 do CPC/2015.

Contrarrazões a fls.636/641e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 643/644e), foi interposto o presente Agravo (fls. 649/670e).

A irresignação não merece conhecimento.

O Tribunal de origem negou seguimento ao Recurso Especial ao fundamento de incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ.

Extraí-se dos autos que, nas razões do Agravo em Recurso Especial, a parte recorrente deixou de impugnar, fundamentadamente, os óbices aplicados pelo Tribunal de origem.

Isso porque, "fundamentada a decisão agravada no sentido de que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, deveria a recorrente demonstrar, que outra é a positividade do direito na jurisprudência do STJ" (STJ, AgRg no REsp 1.374.369/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe de 26/06/2013), com a indicação, nas razões do Agravo, de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, o que não ocorreu, no caso.

Ou seja, deveriam ter sido enfrentados os fundamentos determinantes dos julgados apontados como precedentes, ou com a demonstração de

que não se aplicam eles ao caso concreto, ou de que há julgados contemporâneos ou posteriores do STJ em sentido diverso, não bastando, para tanto, sustentar que o Tribunal de origem invadiu a competência do STJ.

Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 189.381/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/09/2012; AgRg nos EREsp 1.111.941/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 18/03/2014.

De mais a mais, esta Corte é firme na compreensão de que, para a aplicação da Súmula 83/STJ, basta que o acórdão recorrido esteja de acordo com a orientação jurisprudencial firmada por esta Corte, sendo prescindível a consolidação do entendimento em enunciado sumular ou a sujeição da matéria à sistemática dos recursos repetitivos (STJ, AgRg no REsp 1.318.139/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 03/09/2012).

Ou seja, já tendo sido julgada a matéria, pelo STJ, em inúmeros precedentes, aplica-se o mesmo entendimento, **mutatis mutandis**, à sistemática advinda com o novo Código de Processo Civil, em face do disposto no enunciado da Súmula 568/STJ e no art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ.

Por outro lado, especificamente quanto a aplicação da Súmula 7/STJ, "não basta a assertiva genérica de que é desnecessária a análise de prova, ainda que seja feita breve menção à tese sustentada. É imprescindível o cotejo entre o acórdão combatido e a argumentação trazida no recurso especial que pudesse justificar o afastamento do citado óbice processual" (STJ, AgInt no AREsp 1.067.725/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/10/2017).

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. **IMPUGNAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 182 DO STJ. INCIDÊNCIA.** ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. (...)

3. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu do ônus de

impugnar, de forma clara e específica, todos motivos da decisão ora agravada, limitando-se a alegar, genericamente, ofensa ao art. 535 do CPC/1973, sem explicitar os pontos em que teria sido omissa o acórdão recorrido, em flagrante desrespeito ao princípio da dialeticidade.

4. No tocante à incidência da Súmula 7 do STJ, a mera referência a julgados desta Corte favoráveis à reavaliação do conjunto probatório, mas sem nenhuma identidade fática com o caso em análise, não tem o condão de ilidir os fundamentos da decisão agravada.

5. Agravo regimental não conhecido" (STJ, AgRg no AREsp 721.539/PE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 18/08/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVOS REGIMENTAIS. ARESP. RAZÕES DE AGRAVO QUE NÃO TRATAM DOS ARGUMENTOS DA DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL. SÚMULA N. 182 DESTA CORTE SUPERIOR E ART. 544, § 4º, INC. I, CPC.

1. (...)

2. No mais, trata-se, originalmente, de agravo interposto contra decisão da instância ordinária que negou admissibilidade a recurso especial com base nos seguintes argumentos: (i) inexistência de ofensa ao art. 535 do CPC e (ii) aplicação da Súmula n. 7 desta Corte Superior.

3. Nas razões de agravo (ARESP), a parte agravante não combateu todos os motivos que ensejaram a negativa de seguimento ao recurso especial (decisão agravada): afirmou-se não se pretender a análise de fatos e provas (com conseqüente não-incidência da Súmula n. 7/STJ), sem, contudo, demonstrar tal assertiva - trascrevendo, por exemplo, trechos do acórdão recorrido em que tenha sido travada a discussão do especial, para provar que não são necessários novos aportes de fatos e provas não contidos no acórdão. Combate deste tipo é genérico e não se presta como impugnação à decisão agravada.

4. Incidem, no caso, a Súmula n. 182 desta Corte Superior (por analogia), segundo a qual '[é] inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada' e o art. 544, § 4º, inc. I, segunda parte, do CPC.

5. Agravo regimental do Ministério Público estadual não conhecido.

Agravo regimental do Ministério Público Federal não provido" (STJ, AgRg no AREsp 27.323/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/12/2011).

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-lo mantido.

Com efeito, com o advento da Lei 12.322, de 09/09/2010, o Agravo de Instrumento contra decisão que não admite Recurso Especial passou a ser Agravo nos próprios autos. Porém, o legislador incorporou, ao texto legal, o **princípio da dialeticidade**, há muito sedimentado na jurisprudência desta Corte, com amparo na doutrina sobre o tema.

Assim, de acordo com o inciso I do § 4º do art. 544 do CPC/73 – aplicável, no caso, quanto à admissibilidade do Agravo –, é dever da parte agravante atacar, **especificamente**, todos os fundamentos da decisão do Tribunal de origem que nega trânsito ao Recurso Especial, sob pena de não conhecimento de sua irresignação.

Esta Corte, com fundamento no citado dispositivo, bem como no princípio da dialeticidade, vem aplicando, por analogia, a Súmula 182/STJ ao Agravo que não refute, de maneira específica, todos os fundamentos da decisão que não admitiu o Recurso Especial. É o que se depreende da leitura dos seguintes julgados:

"PENAL. PROCESSUAL PENAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NEGOU A ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL NÃO COMBATIDOS. SÚMULA 182 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1 - O Tribunal obstou o prosseguimento do recurso especial por verificar a ausência de prequestionamento e ausência de demonstração de dissenso pretoriano, o que implicaria deficiência na fundamentação, nos termos da Súmula n. 284 do STF.

2 - O agravante deixou de impugnar as causas específicas de inadmissão do agravo em recurso especial. Incidência do enunciado sumular 182 do STJ.

3 - Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 467.250/PE, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe de 15/05/2014).

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. LEI ESTADUAL N. 9.664/2012. LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. ALÍNEA 'C'. DISPOSITIVO DE LEI EM QUE TERIA OCORRIDO A DISSIDÊNCIA INTERPRETATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

1. É inviável o agravo que deixa de atacar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada. Incidência, por analogia, da Súmula 182 do STJ.

2. No agravo regimental, a agravante não impugna todas as razões da decisão agravada, limitando-se apenas a rebater a incidência da Súmula 284/STF.

3. Nos termos do art. 544, § 4º, inciso I, do Código de Processo Civil, 'a parte deve impugnar todos os fundamentos da decisão agravada, autônomos ou não, pois não existe identidade entre a lógica da Súmula n. 182/STJ e a da Súmula n. 283 do STF, uma vez que o conhecimento, ainda que parcial do agravo em especial, obriga a Corte a conhecer de todos os fundamentos do especial, inclusive os não impugnados de modo específico'. (AgRg no AREsp 68.639/GO, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 13/12/2011, DJe 2/2/2012).

Agravo regimental não conhecido" (STJ, AgRg no AREsp 450.558/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/02/2014).

O novo Código de Processo Civil ratificou tal entendimento, conforme se depreende do art. 932, III, **in verbis**:

"Art. 932. Incumbe ao relator:

(...)

III. não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou

que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

Na mesma senda, quanto à competência do Relator nesta Corte, o RISTJ – com a redação dada pela Emenda Regimental 22/2016 – assim dispõe:

"Art. 34. São atribuições do relator:

(...)

a) **não conhecer do recurso** ou pedido inadmissível, prejudicado ou daquele **que não tiver impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida".**

Em reforço, ainda, as percutientes palavras do Ministro ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, em voto proferido no julgamento do AgRg no Ag 682.965/DF, **in verbis**:

"De fato a matéria é interessante. Efetivamente, **entendo que a decisão de admissibilidade do recurso tem que ser entendida como um todo. Ficaria difícil, em se tratando de recursos complexos, porque muitas vezes são capitulados em termos distintos, se entender que, em um ou outro caso, determinada matéria poderia não ser atacada e, ainda assim, sobreviver o recurso, porque o agravo de instrumento, em determinado ponto, seria suficiente para fazer subir o recurso especial naquela parte.**

Parece-me que a questão, muito embora - diga eu - seja interessante, tem que ser interpretada de forma sistemática.

É que o recurso especial ataca vários pontos. Conseqüentemente, o despacho é de admissibilidade do recurso especial por inteiro. De modo que ficaria difícil considerarmos como suficiente o agravo de instrumento do despacho de inadmissibilidade do recurso especial, que é por inteiro, apenas no ponto em que é suficiente para impugnar um ou outro aspecto daquela decisão de inadmissibilidade. Vejo com muita dificuldade como poder-se-ia dissociar ou se fracionar o despacho de admissibilidade em vários pedaços, uma vez que ele é do próprio recurso especial por inteiro" (STJ, voto do Ministro

ALDIR PASSARINHO JUNIOR, AgRg no Ag 682.965/DF, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2009).

Corroborando esse entendimento, os seguintes precedentes que refletem o pensamento consolidado nesta Corte: STJ, AgRg no AREsp 649.462/MS, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (Desembargador Federal Convocado do TRF/1ª Região), PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/09/2015; AgRg no AREsp 626.858/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe de 28/08/2015; AgRg no Ag 940.242/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 26/08/2015; AgRg no AREsp 643.218/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/08/2015; AgRg no AREsp 68.639/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/02/2012.

Ainda, no mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO CONHECIMENTO. ART. 544, § 4º, I, DO CPC.

1. Nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC, com a redação dada pela Lei 12.332/2010, não se conhece de Agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha impugnado especificamente a fundamentação da decisão agravada.

2. Antes da positivação dessa regra, a jurisprudência do STJ já aplicava, por analogia, no conhecimento do Agravo de Instrumento, o disposto na Súmula 182/STJ: 'É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada'.

(...)

5. A impugnação tardia dos fundamentos da decisão que não admitiu o Recurso Especial (somente por ocasião do manejo de Agravo Regimental), além de caracterizar imprópria inovação recursal, não tem o condão de afastar a aplicação do referido verbete 182/STJ, tendo em vista a ocorrência de preclusão consumativa (AgRg no AREsp 581.718/RS, Rel. Ministro

Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 22/10/2014).

6. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 704.988/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/09/2015)"

No Agravo interno, sustenta-se, o seguinte:

"DOS MOTIVOS PELOS QUAIS MERECE REFORMA A DECISÃO AGRAVADA

Ao contrário do que sustenta a r. decisão monocrática:

1.O agravante atacou os fundamentos da decisão do Vice-Presidente do Tribunal a quo que negaram seguimento ao recurso especial, demonstrando pormenorizadamente que não incidem os obstáculos das Súmulas 7 e 83, além de outros obstáculos invocados pela decisão agravada (o que veremos logo a seguir).

Em seu arrazoadado, o agravante demonstrou que a jurisprudência desta Colenda Casa, em sede de recurso repetitivo, REsp 1.235.513, foi violada pelo aresto recorrido. Portanto, demonstrou que a posição pacificada desta Casa está contrariada pelo acórdão local. Também trouxe à colação, um acórdão muito recente desta Casa, proferido em caso idêntico, oriundo da mesma execução desmembrada (inclusive o juntou ao agravo!).

2. O agravante demonstrou, mediante cotejo do aresto repetitivo REsp 1.235.513 e o aresto recorrido, que inexistente matéria de fatos e provas a ser discutida.

Todos os fundamentos da decisão fundamentos da decisão do Vice-Presidente do Tribunal a quo foram minuciosamente atacados pela o agravo em recurso especial, tendo sido observado o princípio da dialeticidade.

(...)

Como se pode notar, ao contrário do que sustenta a respeitável decisão monocrática, o recorrente tomou o cuidado de confrontar o aresto recorrido com a posição desta C. Casa no REsp 1658297, muito mais recente que o próprio recurso repetitivo e específico em confronto com a decisão agravada.

A discussão, a seguir, foi minuciosa. Inclusive, o agravante destacou o núcleo da decisão desta Colenda Casa que confronta com a decisão de lavra do Vice-Presidente.

A seguir, o recorrente passou a discorrer dos motivos pelos quais a Súmula 83 não é obstáculo ao recurso. Para tanto, demonstrou os motivos pelos quais o aresto recorrido não está em conformidade com

o paradigma exarado em sede do recurso repetitivo.

Com a maxima venia, todos os pontos invocados pelo Vice-Presidente do Tribunal local foram especificamente impugnados pelo agravante, como se pode ler de fls. 585 dos autos.

(...)

O agravante realizou o cotejo analítico e demonstrou, ao contrário do que sustenta a decisão agravada, a divergência jurisprudencial na interpretação legal.” Ressalte-se que a colisão com o entendimento do E. STF foi atacada mediante a transcrição do entendimento desta Colenda Casa no RESP 1.235.513 (repetitivo) interpretou o STF a respeito dos limites da coisa julgada.

(...)

Portanto, o recurso desafiou o entendimento de que o julgado seria conforme o entendimento do Excelso, já que o STJ, ao interpretar a extensão do decidido por aquela Casa no tema, proclamou exatamente o contrário.

DO PEDIDO

Pelo exposto, requer seja CONHECIDO e PROVIDO o agravo interno, para reformar a respeitável decisão que, monocraticamente, não conheceu do agravo em recurso especial. E, por consequência, seja provido para a apreciação do recurso especial injustamente trancado" (fls. 619/627e).

Com razão a parte agravante, motivo pelo qual reconsidero a decisão agravada e passo, a seguir, a um novo exame do Agravo em Recurso Especial.

Trata-se de Agravo em Recurso Especial interposto contra decisão que não admitiu Recurso Especial, este fundamentado no art. 105, III, **a** e **c**, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. REAJUSTE DE 28,86%. MP 1.704/98. LIMITAÇÃO DOS CÁLCULOS A JUNHO/1998. CABIMENTO. REAJUSTES CONCEDIDOS PELAS LEIS 8.622/93 e 8.627/93. COMPENSAÇÃO CABÍVEL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA.

1. O título executivo judicial originário da ação ordinária 94.0000468-0 julgou procedente o pedido para condenar a União Federal na obrigação de reajustar os vencimentos dos substituídos do sindicato autor no percentual de 28,86%, a partir de janeiro de 1993, na forma da Lei 8.627/3, observando-se as eventuais compensações decorrentes dos reajustes diferenciados concedidos pelas Leis

8.622/93 e 8.627/93. Decisão judicial impugnada que julgou procedente o pedido formulado nos embargos à execução para fixar o quantum debeatur em R\$ 21.358,80 (vinte e um mil trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e centavos), atualizados até junho de 2014, de acordo com os cálculos da contadoria judicial de fls. 173/175.

2. A Medida Provisória 1.704/98 determinou a extensão da vantagem aos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, do índice de 28,86%. Por conseguinte, a apuração de diferenças respectivas ao índice de 28,86% só é devida até junho/1998, sendo irrelevante que tal marco não tenha constado expressamente do título executivo, uma vez que a implantação do índice decorreu da norma legal. Precedentes: TRF2, 7ª Turma Especializada, AC 201450011060160, Rel. Des. Fed. SERGIO SCHWAITZER, E-DJF2R 22.10.2015; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 201450011078292, Rel. Juiz Fed. Conv. CARMEN SÍLVIA LIMA DE ARRUDA, E-DJF2R 10.12.2015.

3. O título judicial exequendo determinou compensação do percentual de 28,86% com eventuais reajustes concedidos apenas pelas Leis 8.627/93 e 8.622/93. Os cálculos elaborados pela contadoria, acolhidos na sentença recorrida, efetivou a compensação do percentual já concedido em virtude do reposicionamento preconizado pela Lei 8.627/93, conforme determinado no título exequendo. Precedente: TRF2, 8ª Turma Especializada, AC 200950010042932, Rel. Des. Fed. POUL ERIK DYRLUND, E-DJF2R, Data: 15.06.2012.

4. Apelação e agravo retido não providos" (fl. 493e)

Os embargos de declaração foram rejeitados, conforme ementa a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO.

1. Trata-se de embargos de declaração contra acórdão que, por unanimidade, negou provimento a apelação e ao agravo retido interpostos em face de sentença que julgou procedente o pedido formulado nos embargos à execução para fixar o quantum debeatur em R\$ 21.358,80 (vinte e um mil trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e centavos), atualizados até junho de 2014, de acordo com os cálculos da contadoria judicial.

2. Embargos de declaração. Recurso cabível nos casos de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, tendo como finalidade

esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.

3. Alegação de omissão em razão de a decisão não ter apreciado o disposto nos arts. 474 e 741, VI, do CPC/73, imprescindíveis ao deslinde da controvérsia, tendo em vista que apenas o dispositivo do título judicial faz coisa julgada. Não ocorrência. A Medida Provisória 1.704/98, de 30 de junho de 1998, determinou a extensão da vantagem aos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, do índice de 28,86%. Sendo assim, a apuração de diferenças respectivas ao índice de 28,86% só é devida até junho/1998, sendo irrelevante que tal marco não tenha constado expressamente do título executivo, uma vez que a implantação do índice decorreu da norma legal. Além disso, importa realçar, também, que o próprio título judicial exequendo determinou compensação do percentual de 28,86% com eventuais reajustes concedidos apenas pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93. O acórdão embargado foi proferido de acordo com a jurisprudência deste Tribunal Regional Federal.

Precedentes: 78 Turma Especializada, AC 201450011060160, Rel. Des. Fed. SERGIO SCHWAITZER, E-DJF2R 22.10.2015; 5ª Turma Especializada, AC 01450011064244, Rel. Juiz Fed. Conv. FIRLY NASCIMENTO FILHO, e-DJF2R 12.8.2015; 8ª Turma Especializada, AC 200950010168150, Rel. Des. Fed. MARCELO PEREIRA DA SILVA, e-DJF2R 10.11.2014; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 201450011078292, Rel. Juíza Fed. Conv. CARMEN SÍLVIA LIMA DE ARRUDA, E-DJF2R 10.12.2015.

4. A divergência subjetiva da parte, resultante de sua própria interpretação jurídica, não justifica a utilização dos embargos declaratórios. Se assim o entender, a parte deve manejar o remédio jurídico próprio de impugnação. Nesse sentido, precedentes desta E. Corte: 4ª Turma Especializada, AC 201251010456326, Rel. Des. Fed. GUILHERME COUTO, E-DJF2R 13.6.2014; 3ª Turma Especializada, AC 2002.5110.006549-7, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, E-DJF2R 05.3.2013.

5. A simples afirmação de se tratar de aclaratórios com propósito de prequestionamento não é suficiente para embasar o recurso, sendo necessário se subsuma a inconformidade integrativa a um dos casos previstos, sendo esses a omissão, obscuridade e contradição, e não à mera pretensão de ver emitido pronunciamento jurisdicional sobre argumentos ou dispositivos legais outros. Nesse sentido: STJ, 2a

Turma, EDc1 no REsp 1.404.624, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJE 7.3.2014; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 200951010151097, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, E-DJF2R 10.4.2014.

6. Embargos de declaração não providos" (fls. 520/521e)

No apelo especial, a parte recorrente alega ofensa aos arts. 489, II, §1º, I a IV, 502, 503, 504, 507, 508 e 1022, I e II, do CPC/2015, sob os seguintes fundamentos:

"DA VIOLAÇÃO AOS ARTS 489, II, § 1º, incisos I a IV e 1022, I e II, do CPC – (equivalentes aos arts. 458 II, e 535, II, do CPC anterior).

Os supracitados artigos exigem que o acórdão fundamente todas as questões de fato e de direito. O que não foi, data vênica, observado pelo Tribunal **a quo**.(...)

O respeitável acórdão recorrido, mesmo após instado por embargos de declaração, não apreciou a matéria à luz dos arts. 508, 535, VI e 504 do NCPC, que possuem como correlatos os arts. 474, 741, VI, e 469 do antigo CPC.(...)

DA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 502, 503, 504, 505, 507, 508 do NCPC

Restaram violados, pelo acórdão recorrido, os supracitados dispositivos legais, que dispõem:

(...)

Nota-se que o acórdão recorrido:

a) Fez tabula rasa de que o recurso repetitivo REsp 1.235.513 somente admite a compensação alegada em embargos à execução se for tomado fato posterior a sentença. Refutando possibilidade de compensação por fato anterior à sentença, não suscitado na fase de conhecimento.

b) não há controvérsia de que a sentença foi prolatada em 7 de novembro de 2012, e que deferiu somente as compensações de que tratam as leis 8.622/93 e 8.267/93. Não tendo jamais deferido compensação relativa a junho de 1998 (MP 1.704).

c) O acórdão recorrido afasta o recurso repetitivo REsp 1.235.513 invocando ser irrelevante que tal marco não tenha constado expressamente do título executivo, eis que a implantação do índice decorreu da norma legal.

A decisão recorrida violou, assim, a literalidade do art. 504 do CPC e seus incisos, pois reconheceu que o dispositivo da sentença não admitiu a compensação deferida pela sentença. E, pasmem, desprezou que o Recurso Repetitivo REsp 1.235.513 exige que a matéria tenha

sido suscitada na fase de conhecimento, o que não ocorreu.

A sentença transitada em julgado foi proferida em 7 de novembro de 2012 e não reconheceu a incorporação que agora se alega em fase de execução.

(...)

A União NÃO ALEGOU a matéria, nem teve reconhecida em sede de conhecimento.

A sentença foi proferida em 7 de novembro de 2012, a União teve oportunidade de alegar a matéria na instrução e em apelação e não o fez. Logo, na esteira da posição desta Casa para recurso repetitivo, a matéria não pode mais ser discutida em embargos à execução. Nem poderia ser diferente, pois a justiça não se presta a debates eternos.

Desta forma, tendo em vista a coisa julgada e a posição pacífica, há de ser determinado ao réu a incorporação do reajuste na sentença, observadas somente as compensações decorrentes dos reajustes diferenciados concedidos pelas leis 8.622/93 e 8.627/93, mas não a limitação agora determinada por decisão interlocutória, objeto do acórdão recorrido.

(...)

Ressalte-se, além disso, que o acórdão recorrido procura invocar fundamentação da sentença que não fez coisa julgada para tentar retirar o enquadramento do caso no Recurso Repetitivo REsp 1.235.513, violando, assim, todos os comandos guerreados.

(...)

O acórdão recorrido:

- deferiu compensação não prevista na coisa julgada, embora tenha transcrito a mesma, que é o dispositivo da sentença.

Portanto:

a) Não foi reconhecido na fase de conhecimento que o recorrente foi favorecido pela MP 1704, de 30/07/1998.

b) Na fase de conhecimento a discussão foi superada, por sentença de 7 de novembro de 2012, onde ficou reconhecido que o autor faria jus à INCORPORAÇÃO, compensando-se tão somente os reajustes diferenciados concedidos pelas leis 8.622/93 e 8.627/93, e não qualquer reajuste posterior.

c) Esta Casa em julgamento repetitivo decidiu que, nesta hipótese, deve haver a incorporação em RESPEITO À COISA JULGADA. Logo, viola a decisão agravada os ARTS. 474 E 741, VI, DO CPC então vigente, cujos correlatos são os dispositivos do 502, 503, 504, 505, 507, 508 do NCPC e A DECISÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA em RECURSO REPETITIVO.

d) Não socorre ao acórdão recorrido pretender aplicar de ofício compensação anterior à sentença, que por ela não foi admitida, pois o que faz coisa julgada é o dispositivo (art. 504 do NCPC, antigo 469 do CPC, e seus incisos), sendo que reconheceu o acórdão recorrido que o dispositivo não autorizou compensação relativa ao ano de 1998" (fls. 527/538e).

Com contrarrazões (fls. 566/568e), o Recurso foi inadmitido (fls.573/576e).

Primeiramente, em relação ao art. 489 e 1.022 do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Quanto ao mérito, o Tribunal de origem decidiu nos seguintes termos:

"O título executivo judicial originário da ação ordinária 94.0000468-0 julgou procedente o pedido para condenar a União Federal na obrigação de reajustar os vencimentos dos substituídos do sindicato autor no percentual de 28,86%, a partir de janeiro de 1993, na forma da Lei 8.627/3, observando-se as eventuais compensações decorrentes dos reajustes diferenciados concedidos pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93.

O cerne da controvérsia cinge-se em definir qual o termo final para apuração do quantum debeatur inerente ao reajuste dos 28,86% e quais são as compensações cabíveis. Nesse particular, a sentença recorrida restou fundamentada nos seguintes termos:

(...)

1.3 - Da limitação temporal e da compensação Consoante se extrai do Parecer Técnico NECAP-ES 1876-C/2014, os cálculos devem ser limitados a junho de 1998, dado que a obrigação de fazer já foi cumprida.

Conforme já mencionado no item 1.1, o título executivo judicial expressamente determinou a compensação correspondente a

eventual reajustamento já obtido pela parte autora com base nas Leis 8.622/93 e 8.627/93.

A compensação do percentual de 28,86% em virtude do reposicionamento preconizado pela Lei 8.627/93 foi objeto de amplo debate entre os Ministros da Corte Suprema, no qual prevaleceu a conclusão do eminente Min. Ilmar Gaivão (ED-RMS 22307/DF), no sentido de cabimento da referida compensação exclusivamente dos reajustamentos obtidos, por cada servidor público civil, no reposicionamento dado pela própria Lei 8.627/93. De tal modo, peço vênias para promover uma ligeira digressão acerca do assunto.

E...] Daí por que se considera haverem extrapolado esse limite o Decreto 2.693/98 e a Portaria MARE 2.179/98, segundo os quais deverão ser compensados todos os reajustes obtidos na evolução funcional de 1993 a junho de 1998 (AC 1998.34.00.027141-6/DF).

O exame dos inúmeros casos semelhantes ao dos presentes autos revela que a referida Portaria MARE e tal Decreto apresentam critérios errôneos, que não observam o que foi decidido pelo STF no precedente citado, uma vez que acabam por promover a compensação de progressões não relativas às leis 8.622/93 e 8.627/93.

[...1 Diferente a pretensão de se compensar com reajustes já concedidos a título da própria Lei 8.627/93, uma vez que, nessa hipótese, estar-se-ia diante de evidente bis in idem, com consequente enriquecimento sem causa, o que não se pode admitir.

A determinação para que se proceda à compensação do reajuste de 28,86% com os valores pagos administrativamente a esse título, não significa a compensação com todo e qualquer reajuste posterior à Lei 8.627/93, mas sim relativamente a todo e qualquer reajuste a título dos próprios 28,86%, verificáveis quando da alteração do vencimento básico do servidor, no período de janeiro a março de 1993.

Há que se acrescentar, por fim, que os cálculos apresentados devem de fato observar a restrição temporal da concessão do percentual de 28,86%, uma vez que com o advento da Medida Provisória 1704, de 30 de Junho de 1998, a Administração passou a pagar aos servidores o índice em questão. Assim, somente será abrangido pela execução as diferenças anteriores a essa data.

Tal limitação não viola os limites da coisa julgada, uma vez que o título judicial não estabeleceu os limites da expressão numérica do direito concedido, o que ficou ao encargo da fase executiva (...)" (fls.

A sentença recorrida não merece reparo.

De fato, a Medida Provisória 1.704/98, de 30 de junho de 1998, determinou a extensão da vantagem aos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, do índice de 28,86%.

Sendo assim, a apuração de diferenças respectivas ao índice de 28,86% só é devida até junho/1998, sendo irrelevante que tal marco não tenha constado expressamente do título executivo, uma vez que a implantação do índice decorreu da norma legal. (...)

Além disso, importa realçar, também, que o próprio título judicial exequendo determinou a compensação do percentual de 28,86% com eventuais reajustes concedidos apenas pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93.

Nesse particular, verifica-se que a contadoria judicial, considerando a documentação acostada aos autos e seguindo os parâmetros fixados pelo Juízo, elaborou os cálculos de fls. 173/175, os quais foram acolhidos na sentença recorrida, observando a compensação do percentual já concedido em virtude do reposicionamento preconizado pela Lei 8.627/93, conforme determinado no título exequendo.

(...)

Conclui-se, assim, que deve ser negado provimento ao agravo retido e à apelação, mantendo-se a sentença em sua integralidade, uma vez que está em conformidade com os preceitos emanados no título executivo judicial" (fls. 488/492e).

No presente caso, a alteração das conclusões adotadas pela Corte regional, acerca do alcance do título executivo, tal como colocadas as questões nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. COMPENSAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. NÃO OCORRÊNCIA. COISA JULGADA. ALCANCE DO TÍTULO

EXECUTIVO. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COMPENSAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE

1. Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. A jurisprudência deste Tribunal Superior é no sentido de que "não há que se falar em julgamento extra petita quando o juiz, adstrito às circunstâncias fáticas trazidas aos autos e ao pedido deduzido no recurso, aplica o direito com fundamentos diversos daqueles apresentados pelo recorrente" (**AgRg no REsp 1.076.413/PR**, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 24/03/2009, DJe 20/04/2009). Precedente.

3. A alteração das conclusões adotadas pela Corte regional, acerca da comprovação do pagamento e do alcance do título executivo, tal como colocadas as questões nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. Precedentes.

4. "A jurisprudência desta Corte encontra-se sedimentada no sentido de que as verbas honorárias se compensam, mesmo que a uma das partes seja concedido o benefício da justiça gratuita" (**AgInt no AREsp 693.596/RS**, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 02/02/2017, DJe 07/02/2017). Precedente.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, **AgInt no REsp 1.306.462/RS**, Relator Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28/08/2017)

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. COMPENSAÇÃO. PORTARIA MARE 2.179/98. ALEGADA VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535 do CPC, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão

deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão dos Embargos Declaratórios apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

II. A jurisprudência do STJ, seguindo a orientação do STF, reconhece o direito dos servidores públicos civis ao reajuste de seus vencimentos no índice de 28,86%, concedido pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93, devendo deduzir-se, do referido reajuste, todavia, o percentual de aumento já concedido, a tal título. Nesse sentido: STJ, AgRg no Ag 1.405.011/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/09/2011; AgRg no REsp 1.180.126/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 14/03/2012.

III. No caso, verificar se a compensação do reajuste de 28,86% deu-se em desconformidade com o que preconiza o título executivo, bem como se ocorreu ou não eventual afronta à coisa julgada, em decorrência da aplicação da Portaria MARE 2.179/98, é pretensão inviável, na via recursal eleita, porquanto exige o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é incabível, em sede de Recurso Especial, a teor da Súmula 07 do STJ. A propósito: STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1.413.210/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/06/2014; AgRg no REsp 1.267.731/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/05/2014; AgRg no AREsp 186.810/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/02/2013. IV. Agravo Regimental improvido' (STJ, AgRg no AREsp 231.030/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/12/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, conheço do Agravo, para conhecer em parte do Recurso Especial (quanto aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015) e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

I.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora